

Fiesp prega a ida ao FMI, em nome do crescimento.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, criticou ontem as posições contrárias a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmando que o xenofobismo pode levar ao sucateamento do parque industrial brasileiro. "Identificar a simples ida ao FMI com a submissão, antes de qualquer negociação objetiva, é simplesmente tumultuar a situação", disse Amato, argumentando que essa atitude contribui para "deixar o Brasil à margem da grande arrancada do final do século".

Essas observações foram feitas pelo presidente da Fiesp, ao abrir, em Brasília, o painel "Concentração Industrial e Formação de Preçosna Indústria Brasileira", durante a realização do 1º Seminário Nacional sobre Abuso do Poder Econômico, promovido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mário Amato ressaltou que, se o governo brasileiro optar pelo crescimento econômico, como sugere o Plano Bresser, "devemos tentar um acordo que nos favoreça e nos possibilite honrar os compromissos, sem provocar a exaustão do nosso potencial e sem violentar a nossa soberania".

Com relação à proposta de conversão de parte da dívida em investimentos internos, o presidente da Fiesp se mostrou cauteloso. "Esses investimentos não podem vir prejudicar a indústria nacional. Esse assunto deve ser discutido, primeiramente, com o empresariado nacional", defendeu Amato. No seu entender, esses investimentos seriam benéficos, se fossem dirigidos para setores onde pudessem proporcionar mais empregos e novas tecnologias, competindo com a indústria nacional, mas não tomando o seu lugar.

Greve e ato cívico

Chamado a dar o seu parecer sobre o movimento grevista que a CUT e CGT estão pretendendo realizar no próximo dia 20, Mário Amato disse tratar-se de um movimento político e ideológico que não contará com o apoio da entidade que jpreside. Indagado sobre a possibilidade de empresariado vir a promover o ato cívico, programado pela Fiesp, no mesmo dia da greve, o presidente da entidade descartou essa hipótese. "Nós concebemos a greve reivindicatória", resumiu.

Amato também não poupou críticas à proposta de estabilidade no emprego, em discussão na Constituinte. "É preciso que as propostas inusitadas, inteiramente incompatíveis com a racionalidade que o processo de produção exige no sistema da livre iniciativa com economia de mercado, não sejam aprovadas pelo plenário", disse, o presidente da Fiesp.